SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ
Dia a Dia
SEJA SÓCIO VOCÊ TAMBÉM
www.sindbancariospetropolis.com.br
CUT BRASIL CONTRAF
Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto
Telefax: (24) 2242.0673 I 2231.2281 /SindBancariosPetropolis sindbancariospetropolis@gmail.com
Ano XX n° 6073 – 13 de junho de 2019

Banqueiros chegam a ganhar 800 vezes mais que bancários

Itaú, Bradesco e Santander pagam as maiores remunerações do país. Mas para membros das suas diretorias executivas. A maior delas, que inclui os salários mensais e também bônus e outras vantagens, é paga a um membro da diretoria do Itaú: R$ 46,880 milhões, o equivalente a quase R$ 4 milhões por mês, segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O valor corresponde a 832 vezes aquilo que recebeu um escriturário do Itaú no mesmo ano. Cargo de menor remuneração na carreira bancária, os escriturários ganharam R$ 56.280 em 2018.

A lista de maiores remunerações recebidas no ano passado traz, na sequência, membros da diretoria estatutária do Santander (R$ 43,068 milhões), da diretoria estatutária da Bolsa de Valores B3 (R$ 37,849 milhões) e do conselho de administração do Bradesco (R$ 27,684 milhões). Os diretores executivos do Santander receberam 765 vezes mais do que os escriturários. No Bradesco, o presidente do conselho de administração recebeu no ano passado R$ 27,6 milhões, o que equivale a 491 vezes aquilo que um escriturário ganhou em 2018.

Em países como Alemanha e Japão, os diretores executivos de grandes companhias ganham cerca de cinco a sete vezes mais do que os funcionários. Mesmo no Brasil, onde essa diferença é bem maior do que nos países desenvolvidos, ainda assim ela é muito menor do que nos bancos.

Das 601 empresas analisadas, o empregado de alto escalão no Brasil ganha, em média, 34 vezes mais do que seu colega operacional. Os dados são da pesquisa de Remuneração Total feita pela consultoria Mercer em 130 países.

“A diferença salarial obscena verificada nas empresas brasileiras e, principalmente nos bancos, associada a um sistema tributário injusto e perverso, contribuem para manter nossa sociedade entre as mais desiguais do mundo. E são justamente esses altos executivos de bancos e empresas que defendem a reforma da Previdência que irá prejudicar a aposentadoria dos trabalhadores sob o argumento do desequilíbrio das contas públicas”, critica a diretora executiva do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Rita Berlofa.

Nova ação do governo reforça enfraquecimento da Caixa

O governo federal anunciou, ontem (12/6), mais uma ação que visa o enfraquecimento da Caixa Econômica Federal, para sua privatização. O presidente do banco, Pedro Guimarães, disse que está realizando a devolução de R$ 3 bilhões para a União. O ministro da Economia, Paulo Guedes, participou do anúncio.

Esses recursos não podem ser contabilizados como receitas primárias, ou seja, para uso no orçamento da União em gastos dos ministérios. Os valores são classificados como financeiros e, deste modo, podem ser utilizados apenas para o abatimento da dívida pública. “Isto significa que o governo pegará o dinheiro dos bancos públicos e portará nos bancos privados, que são os principais detentores da dívida pública. Ou seja, os privados ganharam mais dinheiro com a especulação financeira, enquanto os públicos – que têm o papel de fazer investimentos para o desenvolvimento social do país – terão seus recursos enxugados”, explicou Sérgio Takemoto, secretário de Finanças da Contraf-CUT e empregado da Caixa.

A estratégia da instituição financeira é de devolver outros R$ 17 bilhões até o fim de 2019. Para isso, segundo o governo, a Caixa terá de privatizar suas operações. “Essas ações são o enxugamento do banco, a diminuição do potencial de investimento. O que futuramente afetarão diretamente a sustentabilidade da Caixa. Quem vai perder é o povo brasileiro, que é o verdadeiro dono da Caixa, que perderá sua capacidade de investimento para o desenvolvimento do Brasil”, completou Maria Rita Serrano, coordenadora do comitê, coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas.